



E D I T A L
TOMADA DE PREÇOS N.º 002/2020 – OEI/MMFDH
TÉCNICA E PREÇO

A Organização dos Estados Ibero-americanos, para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI, Organismo Internacional, com sede no SHS, *Quadra 06, Bloco C, Ed. Brasil 21, Sala 919, Brasília, DF, CEP 70316-109*, no âmbito do Projeto “*OEI/BRA 16/002 – Ampliação e Fortalecimento dos Processos e Estratégias de Participação Social em Espaços de Discussão e Proposições Relacionados aos Direitos da Criança e do Adolescente*”, torna público que no dia 31 de julho de 2020, às 10h00, horário de Brasília, na sede desta Organização, irá realizar licitação, na modalidade Tomada de Preços, tipo Técnica e Preço, que será regida pela Lei nº. 8.666, de 21/06/93, em sua atual redação, e demais condições e especificações constantes deste Edital e seus anexos.

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO

DATA: 31 de julho de 2020.

HORÁRIO: 10h00, horário de Brasília/DF.

LOCAL: SALA DE REUNIÕES DA OEI: SHS, Quadra 06, Conjunto A, Bloco C, Sala 919 – Ed. Business Center Tower – Brasil 21, CEP 70316-109, Brasília/DF.

1 – DO OBJETO

1.1. A presente Tomada de Preços tem por objeto a contratação de empresa de consultoria para realizar inventário da situação do SGD – Sistema de Garantia de Direitos em 3 (três) unidades da federação; produzir conteúdo para curso de capacitação presencial dos atores do SGD e relatórios de avaliação da capacitação, com recomendações para cada estado, conforme Especificações constantes do Projeto Básico, Anexo “A”, deste Edital.

1.2. Fazem parte integrante do presente Edital de Tomada de Preços os seguintes Anexos:

Anexo A – Projeto Básico

Anexo B - Modelo de Declaração de Fatos Impeditivos.

Anexo C - Modelo de Declaração de Não Empregar Menor.

Anexo D - Declaração de Inexistência de Trabalho Escravo e Infantil

Anexo E - Minuta de Contrato.

2 – AMPARO LEGAL

A presente licitação encontra-se amparada no inciso II, do art. 22; inciso II, do §1º, do artigo 45, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, em sua redação atualizada.

3 – DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. Qualquer consulta sobre o conteúdo do Edital e de seus Anexos deverá ser dirigida ao Presidente da Comissão Interna de Gestão de Compras da OEI - CIGC, mediante requerimento, a ser protocolado diretamente na OEI, ou mediante correspondência registrada, postada



para o endereço citado no preâmbulo deste Edital ou por meio eletrônico, através do endereço eletrônico compras@oei.org.br.

3.2. A CIGC responderá e divulgará na página da OEI na Internet www.oei.org.br; [aba licitações](#), o teor das consultas e das respectivas respostas a todos os interessados que tenham retirado o Edital.

3.3. Antes do recebimento da Documentação de Habilitação e das Propostas, este Edital poderá ser alterado por razões de interesse público ou por exigência legal. Em qualquer caso, se a modificação a ser realizada afetar a formulação das Propostas, a OEI, por intermédio da CIGC, fará publicar, no Diário Oficial da União - DOU, aviso de alteração do Edital, fixando nova data para apresentação da Documentação e Propostas, com prazo não inferior à 30 (trinta) dias.

3.4. A OEI se reserva no direito de revogar a licitação, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal decisão, devendo anulá-la diante de ilegalidade, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, dando ciência aos interessados por meio de publicação no Diário Oficial.

3.4.1 Eventual recurso contra o ato de revogação ou anulação da licitação observará o disposto no artigo 109, inciso I, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

3.4.2 Não caberá qualquer indenização às entidades licitantes em caso de nulidade da licitação ou do contrato dela derivado, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei nº. 8.666/93.

3.5. Para efeito de contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento. Os prazos têm início e término em dia útil.

3.6. Não havendo expediente no dia marcado para a abertura dos envelopes, ficará a reunião adiada para o primeiro dia útil subsequente, à mesma hora e no mesmo local, salvo manifestação em contrário.

4 – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

4.1. É facultado a qualquer cidadão impugnar, por escrito, os termos do presente Edital, até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação (documentação), devendo a OEI, por intermédio da CIGC, julgar e notificar o impugnante da decisão, em até 3 (três) dias úteis.

4.2. Eventuais impugnações do Edital, por parte das entidades licitantes, deverão ser dirigidas ao Presidente da Comissão Interna de Gestão de Compras da OEI - CIGC, por escrito, e entregues, diretamente ou por via postal, no **Protocolo da OEI**, localizado no **SHS, Quadra 06, Conjunto A, Bloco C, Sala 919 – Ed. Business Center Tower – Brasil 21, CEP 70316-109**, até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo conter, necessariamente:

a) identificação e qualificação do impugnante;

2

b) data, nome e assinatura do signatário, explicitando-se o cargo, quando se tratar de representante legal da pessoa jurídica, exigindo-se, na hipótese de procurador, procuração com poderes específicos, outorgada na forma da lei;

c) objeto da impugnação, com a indicação clara dos itens impugnados;

d) fundamentação do pedido.

4.3. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital a entidade licitante que não o fizer até a data e hora marcada para a abertura dos envelopes de Documentação de Habilitação.

4.4. Acolhida a impugnação, a Comissão Interna de Gestão de Compras da OEI procederá da mesma forma estabelecida no subitem 3.3 deste Edital, reabrindo o prazo inicialmente estabelecido.

4.5. O não oferecimento, no prazo legal, de impugnação do Edital e a subsequente entrega dos invólucros, levam a pressupor que a entidade licitante tem dele pleno conhecimento e que aceita incondicionalmente os seus termos, vedadas alegações posteriores de desconhecimento ou discordância de suas cláusulas ou condições, bem como das normas regulamentares pertinentes.

5 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar da presente licitação todas as empresas, instituições e entidades legalmente constituídas e que pertençam ao ramo pertinente ao objeto.

5.2. Não poderão participar desta Tomada de Preços:

a) Empresas constituídas por consórcio.

b) Empresas que, dentre dirigentes, gerentes ou sócios e responsáveis técnicos, haja pessoa que seja servidor ou dirigente da OEI ou do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH, bem como membro efetivo ou substituto da Comissão Interna de Gestão de Compras da OEI.

c) Empresas consideradas inidôneas por órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal.

d) Empresas declaradas suspensas de licitar ou contratar com a OEI ou com a Administração Pública federal, estadual, distrital ou municipal.

6 – DO CREDENCIAMENTO, DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E DA PROPOSTA

6.1. No dia, hora e local indicados no preâmbulo deste Edital, o representante credenciado da entidade licitante deverá apresentar à CICG, antes da entrega dos envelopes de Documentação e das Propostas, o documento que o credencia:

6.1.1 se procurador da entidade licitante mediante:



3



- a) procuração pública, ou particular, acompanhada de cópia da carteira de identidade do outorgado; **ou**
- b) declaração dirigida à CIGC, acompanhada de carteira de identidade do outorgado e cópia do ato de investidura do outorgante, no qual declare, expressamente, ter poderes para a devida outorga.

6.1.2 se representante legal da entidade licitante:

- a) documento que comprove sua capacidade de titularidade de representá-la, que pode ser por meio do contrato social ou do estatuto/regimento da entidade.

6.2. O participante sem poderes de representação não terá legitimidade para defender os interesses da entidade licitante, assinar atas, nem solicitar consignação de observações que eventualmente julgue necessárias, facultando-se-lhe, no entanto, o acompanhamento das reuniões.

6.3. Cada entidade licitante deverá apresentar à CIGC, simultaneamente, sua documentação e proposta, em 3 (três) envelopes separados, fechados e rubricados no fecho, preferencialmente, contendo em suas partes externas, em caracteres destacados, além da razão social da entidade licitante, os seguintes dizeres:

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - OEI
COMISSÃO INTERNA DE GESTÃO DE COMPRAS DA OEI
TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2020 – OEI/MMFDH – TÉCNICA E PREÇO
NOME DA EMPRESA
ENVELOPE Nº - TÍTULO “.....”

6.3.1 Obrigatoriamente, os envelopes conterão:

- Envelope nº. 1, o TÍTULO “**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**”.
- Envelope nº. 2, o TÍTULO “**PROPOSTA TÉCNICA**”.
- Envelope nº. 3, o TÍTULO “**PROPOSTA DE PREÇO**”.

7 – DA HABILITAÇÃO

7.1. O envelope número 01 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO) relativo à habilitação, deverá conter os seguintes documentos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual.
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores.



- c) Comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício.
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda **Federal, Estadual, Municipal** e/ou do **Distrito Federal** do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de *Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais* e *Certidões Negativas de Débito* junto ao Estado, Município e/ou DF.
- c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social-INSS (certidão conjunta emitida pela RFB) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade de Situação), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- d) Certidão Negativa expedida pelo Superior Tribunal do Trabalho – TST.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

- a) Balanço Patrimonial do último exercício social, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.
- b) O Balanço Patrimonial deverá contemplar os índices de Liquidez Geral (LG), de Solvência Geral (SG) e de Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, devendo ser maiores que um (>1)

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$



Os índices acima serão calculados pela licitante e confirmados pelo responsável por sua contabilidade, mediante sua assinatura e a indicação do seu nome completo e do número de registro no Conselho Regional de Contabilidade.

Caso apresente resultado igual ou menor que 1 (um) em qualquer um deles, para ser considerada habilitada no quesito Qualificação econômico-financeira o licitante deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo de R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais).

c) Certidão Negativa de falência e de execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Atestado/s de Capacidade Técnica que comprove ter a empresa licitante aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

b) Declaração de que não há fato impeditivo de participar de licitações ou de contratar com qualquer órgão da Administração Pública, obrigando-se a informar a superveniência de ocorrências posteriores (modelo Anexo “B”).

c) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (modelo Anexo “C”).

d) Declaração de Inexistência de Trabalho Escravo ou Infantil (Modelo Anexo “D”)

7.2. As entidades **licitantes** que iniciaram as suas atividades no presente exercício deverão apresentar o **BALANÇO DE ABERTURA**, na forma da lei.

7.2.1. O Balanço Patrimonial/Abertura deverá estar assinado por Contador ou por profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

7.3. As entidades licitantes interessadas que não apresentarem os documentos exigidos ou que os apresentarem incompletos, incorretos ou em desacordo com o exigido, ou com borrões, rasuras, entrelinhas, cancelamento em partes essenciais sem a devida ressalva, serão **INABILITADAS**.

7.4. Os documentos relativos à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente, por cópia acompanhada do original para autenticação por membro da CIGC, ou por publicação em órgão da imprensa oficial.

8 – DA ABERTURA DOS ENVELOPES

8.1. Inicialmente, os envelopes contendo os documentos relativos à habilitação serão abertos pela CIGC, que fará a conferência e dará vista da documentação aos credenciados das entidades licitantes, devendo ser rubricada por todos.

8.2. Abertos os envelopes “**Documentação**”, serão apreciados os documentos de cada entidade licitante e, na mesma reunião, divulgados os nomes das habilitadas e das inhabilitadas.

8.3. Se, eventualmente, surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato pela CIGC e conduzam à interrupção dos trabalhos, serão elas consignadas em ata, e a conclusão da habilitação dar-se-á em sessão convocada previamente.

8.4. Ocorrendo o desdobramento da sessão de habilitação, nova data e horário serão estabelecidos pela CIGC para abertura dos envelopes das “**Propostas Técnica e de Preço**”. A convocação se dará por publicação na página da OEI na web, aba licitação, Tomada de Preço nº 001/2020 – OEI/PNE

8.5. A abertura dos envelopes “**Documentação**” bem como das “**Propostas**” serão realizadas em sessão pública, da qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos membros da CIGC e pelos representantes credenciados presentes.

8.5.1. a inhabilitação de entidade licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subseqüentes.

8.6. Os envelopes contendo as propostas técnicas e de preços somente serão abertos:

8.6.1. se houver renúncia de todas as entidades licitantes ao direito de interposição de recursos, registrada em ata ou formalizada por escrito, na reunião de habilitação; ou

8.6.2. depois de transcorrido o prazo, sem que tenha havido interposição de recurso; ou

8.6.3. após dado a conhecer o deferimento ou indeferimento do recurso interposto.

8.6.4. ocorrendo as hipóteses previstas nos subitens 8.6.1 a 8.6.3, os envelopes contendo as **Propostas** das entidades licitantes inhabilitadas serão devolvidos incólumes, pela CIGC.

8.7. Ocorrendo a hipótese prevista no subitem 8.6.1, se não houver tempo suficiente para a abertura dos envelopes **Propostas** na mesma reunião designada para a abertura dos envelopes de **Documentação**, os envelopes não abertos, já rubricados no fecho, ficarão em poder da CIGC até a data e horário marcados para prosseguimento dos trabalhos.

8.8. Todos os documentos e, igualmente, as propostas serão rubricados nas oportunidades devidas, pelos membros da CIGC e pelos credenciados presentes à sessão.

8.9. Após a fase de habilitação, não caberá desistência de **Proposta**, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela CIGC.

8.10. Ultrapassada a fase de habilitação das entidades licitantes e abertas as propostas, não caberá desclassificá-las por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes só conhecidos após o resultado do julgamento.



9. DA PROPOSTA TÉCNICA

9.1. A empresa licitante deverá apresentar no envelope 2 – Proposta Técnica os documentos comprobatórios da qualificação e experiência da licitante e da qualificação e experiência da Equipe Técnica, conforme critérios consignados no Item 16, do Projeto Básico, anexo I, deste Edital.

A qualificação e experiência do licitante, qualificação e experiência da equipe técnica e adequação da proposta técnica com pontuação máxima de 100 pontos, conforme abaixo:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA
1. Qualificação e Experiência do Licitante	40
2. Qualificação e Experiência da Equipe-Chave	60
Nota Técnica (NT)	100

A empresa licitante deverá indicar a Equipe Técnica que será encarregada de desenvolver o objeto, com as formações e experiências exigidas para pontuação.

9.2. É vedada a apresentação do/s mesmo/s profissional/is por mais de uma empresa licitante sob pena de desclassificação.

10. DA PROPOSTA DE PREÇO

10.1. A proposta de preço, envelope nº. 3, deverá ser elaborada com preços expressos em moeda corrente nacional e apresentada sem emendas, rasuras ou entrelinhas que possam comprometer o seu teor, datada e assinada, consignando expressamente:

10.1.1. Preço total da proposta (numericamente e por extenso);

10.1.2 prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, contado da data estabelecida para apresentação dos envelopes de documentação de habilitação e propostas.

10.2. No valor da proposta deverão estar inclusos todos os custos dos serviços, tais como: salários, encargos sociais e fiscais, impostos/taxas, despesas administrativas, lucro e quaisquer despesas que se fizerem necessárias à execução dos serviços contratados.

11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICA E DE PREÇO

11.1. O critério de julgamento adotado na presente Tomada de Preços acompanha, obrigatoriamente, o tipo da licitação, ou seja, o de **TÉCNICA E PREÇO**.

11.2. A determinação da pontuação técnica e de preço de cada proposta será definida de acordo com os procedimentos estabelecidos no subitem 11.8 deste Edital.

11.3. Pelo fato de que a experiência da empresa aliada à qualificação técnica e experiência da equipe que irá desenvolver o objeto, os pesos adotados neste certame são os seguintes: **Proposta Técnica – peso 5** (cinco pontos) e **Proposta de Preços 5** (cinco pontos).



11.4. Será considerado vencedor a licitante que obtiver a **MAIOR NOTA FINAL** em sua proposta, assim considerada a soma de seu Índice Técnico com o Índice de Preço.

11.5. Em caso de empate terá preferência a proposta que obtiver maior pontuação no Índice Técnico. Caso persista o empate terá preferência à proposta que obtiver maior pontuação no Índice Preço. Se mesmo assim persistir o empate haverá sorteio, em sessão pública, para definição do licitante vencedor.

11.6. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes;

11.7. Constituirá motivo para a desclassificação de propostas:

11.7.1. apresentação de preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada a sua viabilidade através de documentação que comprove sua coerência com os preços de mercado, nos parâmetros da legislação em vigor;

11.7.2. descumprimento de quaisquer requisitos estabelecidos neste Edital.

11.7.3 – Na apuração dos índices técnicos e de preços serão considerados duas casas decimais, arredondando-se para mais ou para menos, quando a segunda casa decimal for superior ou inferior a 0,05, respectivamente.

11.8 - Procedimento para Análise e Avaliação das Propostas

11.8.1 – Análise e Avaliação das Propostas Técnicas

11.8.1.1 – Após o exame da documentação, serão divulgados os nomes dos licitantes habilitados e inabilitados. Habilitados todos os licitantes, e todos declinem formalmente da apresentação de recursos, serão abertos os invólucros que contêm as Propostas Técnicas (envelope nº. 02). Caso contrário, após a divulgação dos nomes dos licitantes inabilitados e observados os prazos estabelecidos de recurso, a Comissão de Licitação marcará data e horário para a abertura dos envelopes das Propostas Técnicas (envelope nº. 02), para avaliação e procedimentos para obter os respectivos **Índices Técnicos - IT**, conforme a seguinte regra:

$$IT = (NTE/MaNT) \times \text{Peso}$$

Onde:

IT = Índice Técnico

NTE = Nota Técnica em Exame

MaNT = Maior Nota Técnica

Peso = 5

11.8.1.2 – Critérios Técnicos a serem avaliados

Os critérios técnicos referente à Empresa e Equipe Técnica, assim como suas pontuações estão consignados nos subitens 16.1 – Avaliação Técnica da Empresa e 16.2 – Avaliação Técnica da Equipe.

11.8.1.3 – Das Regras da Análise dos Documentos Comprobatórios

- a) A experiência exigida dos profissionais só será contada como profissional graduado.
- b) Cada componente da Equipe será avaliado individualmente por sua qualificação e experiência. Assim, caso a licitante deixe de informar um componente, sua proposta será desclassificada.
- c) Os diplomas de cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), expedidos por instituições estrangeiras de educação superior e pesquisa, deverão ser revalidados/reconhecidos, nos termos da Portaria nº 22, de 13 de dezembro de 2016, do Ministério da Educação.

11.8.1.4 – Desclassificação das Propostas Técnicas

As propostas técnicas que não atinjam o mínimo de 70 (setenta) pontos do total da avaliação técnica.

11.8.2 – Análise e Avaliação das Propostas de Preço.

11.8.2.1 – As Propostas de Preços serão abertas e passado vista a todos os presentes e ficando assegurados os prazos estabelecidos no item 17 para o recebimento de recurso contra o julgamento, quer quanto às propostas técnicas, quer quanto à proposta de preços. Para avaliação e procedimentos para obter a **Menor Proposta de Preço** e o respectivo **Índice de Preço (IP)**, conforme a seguinte regra:

$$IP = (MePP / PPE) \times \text{Peso}$$

Onde:

IP = Índice de Preço

MePP = Menor Proposta de Preço

PPE = Proposta de Preços em Exame

Peso = 5

11.9 – Classificação das Propostas Técnicas e de Preços

11.9.1 – As propostas serão classificadas em ordem decrescentes de suas Notas Finais.

$$\underline{\underline{NOTA FINAL = IT + IP}}$$

12 - DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

12.1. A decisão da CIGC somente será considerada definitiva, após homologação e adjudicação pelo Diretor da OEI.

12.2. O resultado final desta Tomada de Preços será publicado na página da OEI na Internet – www.oei.org.br.

13 - DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado conforme item 8 – Cronograma de Entrega e Pagamento dos Produtos, do Projeto Básico, Anexo “A” desta Tomada de Preço, em até 30 (trinta) dias, após a apresentação de Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo MMFDH, mediante crédito em conta corrente, no Banco e na Agência indicados pela licitante.

13.2. Havendo atraso superior a 30 (trinta) dias da data prevista para pagamento, desde que a OEI ou o MMFDH a ele tenha dado causa, incidirá sobre o valor devido, atualização financeira desde a data final do período previsto para adimplemento até a data do efetivo pagamento, tomando por base o IGP/DI do mês anterior “pro rata tempore”, sobre o valor da fatura por dia de atraso.

14 – DO ORÇAMENTO

14.1 – Os recursos necessários para fazer frente às despesas com o objeto deste Edital, estimados em R\$ 530.000,00 (quinhentos e trinta mil reais), estão devidamente reservados à conta do Projeto de Cooperação Técnica “OEI – BRA14/004 - Ampliação e Atualização das Estruturas Operacionais do Ministério da Educação na Implantação e Avaliação de Políticas Educacionais e do Plano Nacional de Educação”, estando devidamente assegurados/bloqueados.

15 – DO REAJUSTE

15.1. Os preços contratados serão considerados fixos e irremovíveis.

16 – DO CONTRATO

16.1. Será lavrado termo de contrato entre a OEI e a empresa adjudicatária, conforme minuta constante do Anexo “E”, com prazo de vigência de 390 (trezentos e noventa) dias, a contar da data de sua assinatura.

16.2. A empresa adjudicatária será convocada para firmar o contrato no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação, quando deverá indicar: nome, CI, CPF, endereço residencial, estado civil e nacionalidade do responsável pela assinatura do contrato.

16.2.1. Esse prazo poderá ser prorrogado por igual período, conforme as razões alegadas pela adjudicatária e aceitas pela OEI.

16.3. É facultado a OEI, quando a convocada não assinar o termo de contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação para fazê-lo, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços, devidamente atualizados, podendo, ainda, revogar a licitação, independentemente, da cominação prevista no art. 81, da Lei n.º 8.666/93.

16.3.1. A recusa injustificada da entidade licitante vencedora em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido pela OEI caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

16.3.2. O disposto no subitem anterior não se aplica às entidades licitantes convocadas nos termos do art. 64, § 2º da Lei n.º 8.666/93, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pela primeira adjudicatária, inclusive quanto ao prazo e preços.

16.4. Decorridos 60 (sessenta) dias da data de entrega das propostas, caso não ocorra a convocação para assinatura do termo de contrato, ficam as entidades licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

17 - DOS RECURSOS

17.1. Na hipótese de a entidade licitante não concordar com as decisões que venham a ser proferidas pela Comissão Interna de Gestão de Compras da OEI - CIGC ou pela autoridade competente, poderá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do julgamento, formalizar recurso por escrito, nos termos do art.109, da Lei n.º 8.666/93, dirigido ao Diretor da OEI, desde que, protocolado com **exclusividade** no Setor de Protocolo da OEI, localizado no SHS, Quadra 06, Conjunto A, Bloco C, Sala 919 – Ed. Business Center Tower – Ed. Brasil 21, Brasília, DF, CEP 70316-109, em horário normal de expediente, das 8h30 às 12h00 e de 14h00 às 18h00.

17.2. Interposto o recurso, será comunicado às demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação. Findo esse período, impugnado ou não o recurso, a CIGC poderá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, reconsiderar a sua decisão ou fazê-lo subir, devidamente informado, à autoridade competente.

17.3. Na hipótese de recurso contra a decisão da CIGC, na fase de julgamento da habilitação, os envelopes contendo as propostas serão cerrados em invólucro único, que será rubricado por todos os presentes na reunião para posterior abertura, em data que será fixada pela CIGC, de tudo fazendo constar em ata.

18 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. A recusa injustificada da empresa adjudicatária em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido pela OEI, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades previstas no inciso III abaixo, bem como à aplicação de multa de até 10% do valor total atualizado do Contrato.

18.2. A Contratada estará sujeita, pela inexecução parcial ou total do Contrato, às seguintes penalidades:

I. Advertência formal, na ocorrência de descumprimento de qualquer das cláusulas contratuais;

II. Multa:

a) de até 10% (dez por cento) do valor total do Contrato, atualizado até o mês imediatamente anterior à ocorrência do fato, sempre que por circunstância imputável à Contratada, der causa à inexecução total do Contrato.

b) Ocorrendo atraso injustificado, multa equivalente a 0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor total do Produto em atraso, a partir do dia imediato ao do vencimento do prazo estipulado para sua entrega, até a data da sua efetiva realização.

III Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a OEI, por prazo não superior a 02 (dois) anos, e, ocorrendo o disposto nos artigos 88 e 89 da Lei nº 8.666/93, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a OEI.

18.3. Para aplicação das penalidades aqui previstas, a Contratada será notificada a apresentar defesa prévia no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da intimação de vista, salvo na hipótese de declaração de inidoneidade em que o prazo para a apresentação de defesa será de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da intimação de vista.

18.4. O prazo para apresentação de recursos das penalidades aplicadas é de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, exceto para a penalidade de declaração de inidoneidade quando então o prazo será de 10 (dez) dias úteis, contados, igualmente, do recebimento da intimação.

18.5. As multas poderão ser descontadas dos pagamentos ou recolhidos à conta corrente da OEI, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data de publicação do ato de punição, ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

18.6. As penalidades previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Brasília, DF. 26 de junho de 2020.



LUIZ JOSÉ DA SILVA
Comissão Interna de Gestão de Compras
Secretário

ANEXO “A”

TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2020 OEI/MMFDH - TÉCNICA E PREÇO

PROJETO BÁSICO

1. CÓDIGO E TÍTULO DO PROJETO

OEI/BRA 16/002 - "Ampliação e Fortalecimento dos Processos e Estratégias de Participação Social em Espaços de Discussão e Proposições Relacionados aos Direitos da Criança e do Adolescente”

2. SECRETARIA TEMÁTICA DEMANDANTE

Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - SNDCA

3. ANTECEDENTES E JUSTIFICATIVA

Muitos são os desafios dos profissionais que lidam diretamente com a violação dos direitos da criança e do adolescente. Além dos desafios que cada ator do Sistema de Garantia de Direitos - SGD enfrenta, é necessário o entendimento sistêmico de atuação dos múltiplos profissionais na garantia dos direitos da criança e do adolescente.

O Programa Criança Protegida prioriza a rede de proteção dos direitos das crianças e adolescentes, sejam eles gestores e servidores públicos ou de organizações da sociedade civil.

As ações são desenvolvidas por meio de seminários e produção de materiais em 3 (três) áreas complementares entre si.

O objetivo do Programa é capacitar os atores da rede de proteção nos eixos de Proteção Intersetorial e Interdisciplinar das crianças e dos adolescentes vítimas de violência; Violência Sexual e Programas de Atendimento e Proteção.

Alguns dos resultados práticos esperados a partir da implementação desse projeto:

- Comprometer os entes federativos com a redução do prazo de processos de violações dos direitos de crianças e adolescentes;
- Aumentar o percentual de identificação de casos de violação de direitos;
- Fomentar o preenchimento de todos os campos do SIPIA – Sistema de Informação e de Proteção para Infância e Adolescência;
- Desenvolver e disseminar fluxos de atendimento das crianças e adolescentes pelos atores do SGD;
- Fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos para maior rapidez, assertividade e eficácia no atendimento dos casos de violação dos direitos da criança e do adolescente (assistência e proteção da criança e do adolescente com direitos violados.)

Para viabilizar o Programa, a SNDCA dará início a uma ação piloto, por meio de consultoria, para desenvolver conteúdos para o curso de capacitação presencial dos atores do SGD e realizar o inventário da situação do SGD. A partir das informações coletadas nos inventários, será elaborada uma programação específica de capacitação presencial dos atores do SGD nos estados. Após a capacitação, serão elaborados relatórios de avaliação, com recomendações para cada unidade federativa.

O programa será executado em dois estados do eixo: Sul-Sudeste-Centro Oeste e um estado do eixo: Norte-Nordeste. Registre-se que a previsão das localidades das intervenções na consultoria é indicativa, podendo ser alterada de acordo com as novas adesões e pela indisponibilidade dos estados nas datas estimadas pelo projeto

Ao final da consultoria, espera-se o aprimoramento do atendimento, da assistência e da proteção da criança e do adolescente com direitos violados, por meio de fluxos de atendimentos bem definidos e chancelados pelas unidades federativas.

4. ENQUADRAMENTO DO PROJETO

Resultado 2.4 – “Capacidade Profissional da Rede de Promoção e Proteção dos Direitos de Crianças e adolescentes desenvolvida e ampliada”

Atividade 2.4.2. Promover oficinas, cursos de formação e encontros para a formação de profissionais atuantes em programas/projetos de promoção da participação social e do protagonismo de crianças e adolescentes dessa Rede.

5. FINALIDADE DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa de consultoria com o objetivo de realizar inventário da situação do SGD – Sistema de Garantia de Direitos em 3 unidades da federação; produzir conteúdo para curso de capacitação presencial dos atores do SGD e relatórios de avaliação da capacitação, com recomendações para cada estado.

6. ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

1. Participar de reuniões com a equipe técnica da SNDCA/MMFDH e eventuais parceiros para definição de metodologia de trabalho, apresentação de resultados parciais e finais obtidos, fornecendo informações sobre o andamento dos produtos quando solicitado;
2. Realizar levantamentos para identificar o perfil do público alvo da capacitação e realizar análise contextual da capacitação;
3. Elaborar material instrucional (didático-pedagógico) para as capacitações;
4. Acompanhar e apoiar a condução dos Seminários nos estados para a realização das atividades pedagógicas, exposição de conteúdos, registro do mapeamento e a elaboração de relatório de recomendações;

5. Elaborar e preparar conteúdos e atividades didáticas para as capacitações;
6. Elaborar insumos para subsidiar a SNDCA nas recomendações aos gestores do SGD após a etapa de capacitação. Essas recomendações devem ser entregues fisicamente e virtualmente aos gestores apenas.

7. PRODUTOS E RESULTADOS ESPERADOS

Produto 1 - Documento Técnico contendo o “Eixo 1: Proteção Intersectorial e Interdisciplinar das crianças e dos adolescentes vítimas de violência”

Este produto deverá conter material instrucional (didático-pedagógico) tratando dos temas descritos nos itens abaixo, levando em consideração os aspectos psicológicos, emocionais e sociais que afetam a criança ou o adolescente, em decorrência da violação dos seus direitos, notadamente, os prejuízos decorrentes das violências sofridas, capazes de afetar seu pleno desenvolvimento e reverberar por toda a vida adulta.

O material deverá apresentar, no mínimo: análise contextual (público-alvo; importância do projeto de capacitação para o fortalecimento do sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes – aperfeiçoamento da rede protetiva local; contexto de desenvolvimento da capacitação (incluindo a metodologia adotada); resultados esperados; restrições que podem interferir no andamento do projeto e características que mereçam ser citadas); roteiro de atividades pedagógicas (descrição do conteúdo do curso, de forma esquemática e objetiva) e planejamento metodológico da capacitação (carga horária prevista para dinâmicas de grupo, seminários, oficinas e para a avaliação do curso pelos participantes).

Temas:

- a) Vulnerabilidade da criança e do adolescente em medida protetiva de acolhimento - Circunstâncias que levam crianças e adolescentes a estarem em instituições de acolhimento; consequências emocionais, psicológicas e sociais a partir das violências sofridas, do rompimento dos vínculos familiares; problematizar as tentativas de reinserção da criança/adolescente junto à família de origem, etc.
- b) Adoção – Adoção enquanto direito fundamental da criança e adolescente à convivência familiar; direito de ser amada, cuidada e respeitada; abordar a importância da preparação da família adotante e do adotando; novo nome (implicações psicológicas, emocionais da perda ou mudança de nome); apresentar dados de devoluções de crianças/adolescentes após adoção; prejuízos psicológicos e emocionais para o adotado que é devolvido; trazer reflexões acerca da discrepância entre o número de crianças aptas à adoção e o de famílias pretendentes e os motivos dessa discrepância.
- c) Violências contra crianças e adolescentes – Abordagem sintética a partir da Lei nº 13.431/2017 (art. 4º); tratar das consequências psicológicas, emocionais e sociais de cada uma das violências indicadas na Lei, com especial ênfase para: Abuso sexual (como identificar crianças que foram abusadas) – Direcionado à professores, profissionais de saúde e famílias em geral. Alienação parental – Conceituar e exemplificar; prejuízo para a criança (privação de convívio com genitor (a), danos emocionais) e Bullying e Cyberbullying – Conceituar e exemplificar (indicar principais danos para crianças e adolescentes)

- d) Violência autoprovocada: Suicídio e Automutilação – Causas da automutilação de crianças e adolescentes, considerando diferentes contextos sociais, aspectos psíquicos, uso de drogas; definição dos papéis da escola e dos conselhos tutelares;
- e) Roteiro de atendimento e notificação de violências contra crianças e adolescentes – Procedimentos de notificação em caso de constatação ou suspeita de violação de direitos da criança e do adolescente; impactos da ausência de notificação; funcionamento da rede de atendimento e defesa de crianças e adolescentes no estado; fluxos de atendimento;
- f) Noções básicas sobre o funcionamento da memória aplicada ao testemunho infantil – Fragilidade da memória; volatilidade da fala, etc.
- g) Escuta protegida (especializada) de criança e adolescente vítima ou testemunha de crime – Abordar questões técnicas e práticas voltadas a oitiva de criança/adolescente perante a polícia judiciária e em processo judicial; abordar a importância da escuta por profissional habilitado; apresentar de forma exemplificativa técnicas de abordagem para a oitiva de crianças e adolescentes.
- h) Apresentar fluxo Nacional da Lei da Escuta especializada

O material instrucional deverá observar a seguinte estrutura:

1. Apresentação em slides (Powerpoint, Prezi ou outra ferramenta de apresentação). Deverão ser utilizados recursos interativos, tais como vídeos e imagens, e ser apresentados dados atualizados e referências normativas, dentre outros. Deverão constar links de artigos e estudos relevantes.

O material deve ser adaptado para uma apresentação em 4 horas de capacitação.

2. Apostila de capacitação em formato PDF, contendo a bibliografia utilizada disponibilizada em QR code.

3. Formulários de avaliação do curso, a serem preenchidos, preferencialmente, on-line pelos participantes (Ex. Google doc). A avaliação deverá considerar a qualidade do curso e do material utilizado.

Produto 2 - Documento Técnico contendo o Eixo 2: Violência Sexual

Este produto deverá conter material instrucional (didático-pedagógico) para tratar dos temas descritos nos itens abaixo, sob as perspectivas da legalidade, da responsabilização, das medidas mitigadoras da violência sexual contra crianças e adolescentes e da responsabilidade protetiva da sociedade.

O material deverá apresentar, no mínimo: análise contextual (público-alvo; importância do projeto de capacitação para o fortalecimento do sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes – aperfeiçoamento da rede protetiva local; contexto de desenvolvimento da capacitação (incluindo a metodologia adotada); resultados esperados; restrições que podem interferir no andamento do projeto e características que mereçam ser citadas); roteiro de atividades pedagógicas (descrição do conteúdo do curso, de forma esquemática e objetiva) e planejamento metodológico da capacitação (carga horária prevista para dinâmicas de grupo, seminários, oficinas e para a avaliação do curso pelos participantes).

Temas:

- a) Crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;
- b) Crimes previstos no Código Penal contra a criança e o adolescente.
- c) Crimes Cibernéticos e Pedofilia na Deep Web;
- d) Perfil do pedófilo. Parafilias. Símbolos utilizados – Apresentar medidas para evitar a exposição de crianças e adolescentes à violência sexual pela internet, pelas redes sociais; apresentar exemplos de sinais e mensagens de pedófilos ou de redes de pedofilia; trazer dados financeiros relacionados à pedofilia; estratégias psicológicas de aproximação de crianças e adolescentes; a convivência de pais/mães (apresentar casos, exemplos).
- e) Exploração sexual infanto-juvenil - Redes de exploração comercial, inclusive pornografia na internet; contexto do turismo sexual, vinculação com o tráfico de crianças e adolescentes.
- f) Dados sobre a violência sexual infanto-juvenil – Apresentar dados atualizados (Disque 100; SINAN-Sistema de Informação de Agravos de Notificação e outras fontes);
- g) Notitia criminis - Como denunciar; Papel do Conselho Tutelar, incluindo estudo de caso para ilustrar a adequada atuação do conselheiro tutelar.
- h) Violência sexual contra meninos;
- i) Mapeamento dos programas governamentais ligados à proteção e combate à violação sexual das crianças e adolescentes;
- j) Cooperação penal e policial internacional – Ações articuladas como por exemplo, a operação “Luz na Infância”; mapear outras iniciativas e apresentar seus achados e números.
- k) Perfil do autor de violência sexual contra crianças e adolescentes - Expor os tipos mais recorrentes, inclusive o pedófilo. Explanar acerca da pedofilia e outros distúrbios psicológicos e psiquiátricos.

O material instrucional deverá observar a seguinte estrutura:

1. Apresentação em slides (Powerpoint, Prezi ou outra ferramenta de apresentação).Deverão ser utilizados recursos interativos, tais como vídeos e imagens, e ser apresentados dados atualizados e referências normativas, dentre outros. Deverão constar links de artigos e estudos relevantes.

O material deve ser adaptado para uma apresentação em 4 horas de capacitação.

2. Apostila de capacitação em formato PDF, contendo a bibliografia utilizada disponibilizada em QR code.

3. Formulários de avaliação do curso, a ser realizada, preferencialmente, on-line pelos participantes (Ex. Google doc). A avaliação deverá considerar a qualidade do curso e do material utilizado.

Produto 3 - Documento Técnico contendo o Eixo 3:Programas de Atendimento e Proteção

Este produto deverá conter material instrucional (didático-pedagógico) tratando dos temas descritos nos itens abaixo, sob as perspectivas normativa e técnica, com a apresentação dos programas e iniciativas governamentais, dados atualizados, principais desafios e boas práticas nacionais e internacionais.

O material deverá apresentar, no mínimo: análise contextual (público-alvo; importância do projeto de capacitação para o fortalecimento do sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes – aperfeiçoamento da rede protetiva local; contexto de desenvolvimento da capacitação (incluindo a metodologia adotada); resultados esperados; restrições que podem interferir no andamento do projeto e características que mereçam ser citadas); roteiro de atividades pedagógicas (instrumento que apresenta todo o conteúdo do curso, de forma esquemática e objetiva) e planejamento metodológico da capacitação (carga horária prevista para dinâmicas de grupo, seminários, oficinas e para a avaliação do curso pelos participantes).

Temas:

- a) Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE - Apresentar a legislação relativa ao SINASE e números atualizados, tais como número de unidades existentes, por tipo (meio aberto, fechado e semiaberto), número de adolescentes acautelados, por modalidades, principais atos infracionais cometidos
- b) Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM - Apresentar a legislação relativa ao PPCAAM e números atualizados;
- c) Diretrizes para Atendimento de Crianças e Adolescentes Migrantes – Apresentar dados e perfil populacional de crianças e adolescentes migrantes, apresentar principais desafios; boas práticas nacionais e/ou internacionais; Apresentar Operação Acolhida e outras iniciativas governamentais, se existentes;
- d) Prevenção e busca por crianças e adolescentes desaparecidos – Abordar principais razões; apresentar dados nacionais e internacionais; tratar da normativa legal, resoluções do Ministério da Justiça e outras iniciativas governamentais;
- e) Redução da letalidade na adolescência. Atlas da Violência – Apresentar dados; principais desafios e boas práticas;
- f) Erradicação do trabalho infantil - Apresentar dados do trabalho infantil no Brasil, principais desafios e estratégias adotados para a sua erradicação;
- g) Povos Tradicionais (indígenas, quilombolas, migrantes, ciganos e ribeirinhos - Apresentar aspectos culturais e a vulnerabilidade desses povos à violência sexual, dado a sua cultura, ao afastamento das grandes cidades, à condição de migração, etc. Chamar os atores do SGD a uma reflexão a respeito do tema.

O material instrucional deverá observar a seguinte estrutura:

1. Apresentação em slides (Powerpoint, Prezi ou outra ferramenta de apresentação). Deverão ser utilizados recursos interativos, tais como vídeos e imagens, e ser apresentados dados atualizados e referências normativas, dentre outros. Deverão constar links de artigos e estudos relevantes. O material deve ser adaptado para uma apresentação em 4 horas de capacitação.
2. Apostila de capacitação em formato PDF, contendo a bibliografia utilizada disponibilizada em QR code.
3. Formulários de avaliação do curso, a ser realizada, preferencialmente, on-line pelos participantes (Ex. Google doc). A avaliação deverá considerar a qualidade do curso e do material utilizado.



Produto 4 - Inventário do Estado 1

O produto consiste na produção de relatório com o inventário da configuração do SGD no Estado 1, para conhecimento de suas especificidades, das condições dos serviços ofertados à sociedade, para que a capacitação a ser realizada leve em consideração as diferentes realidades locais, em seus aspectos positivos e negativos.

O inventário consistirá do registro das principais violações de direitos de crianças e adolescentes que ocorrem no Estado 1 (indicadores e estatísticas); os fluxos de atendimento adotados (se existentes); os encaminhamentos das demandas; os tratamentos (judiciais / extrajudiciais); a responsabilização de violadores; os principais entraves e desafios na região para o atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência; boas práticas empregadas no contexto local, dentre outras informações que possam ser levantadas na região.

Este documento deverá ser elaborado durante a fase de articulação político-institucional da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente para a implantação do projeto no Estado 1, na qual ocorrerão as reuniões com gestores estaduais, suas equipes de gestão e representantes do SGD – Sistema de Garantia de Direitos.

Além do documento digital e arquivo em PDF, devem ser entregues no Edifício Parque Cidade Corporate - Torre A – 8ª Andar - SCS Q. 6 - Asa Sul, Brasília - DF, 70308- 200, sede da SNDCA, 30 cópias do inventário, no formato de revista (formato final fechado A4: 210mm x 297mm), com 20 páginas (miolo), em impressão colorida (capa 4 cores) frente e verso, em papel couchê fosco, acabamento dobrado, grampeado.

Produto 5 - Inventário do Estado 2

O produto consiste na produção de relatório com o inventário da configuração do SGD no Estado 2, para conhecimento de suas especificidades, das condições dos serviços ofertados à sociedade, para que a capacitação a ser realizada leve em consideração as diferentes realidades locais, em seus aspectos positivos e negativos.

O inventário consistirá do registro das principais violações de direitos de crianças e adolescentes que ocorrem no Estado 2 (indicadores e estatísticas); os fluxos de atendimento adotados (se existentes); os encaminhamentos das demandas; os tratamentos (judiciais / extrajudiciais); a responsabilização de violadores; os principais entraves e desafios na região para o atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência; boas práticas empregadas no contexto local, dentre outras informações que possam ser levantadas na região.

Este documento deverá ser elaborado durante a fase de articulação político-institucional da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente para a implantação do projeto, em no Estado 2, na qual ocorrerão as reuniões com gestores estaduais, suas equipes de gestão e representantes do SGD – Sistema de Garantia de Direitos.

Além do documento digital e arquivo em PDF, devem ser entregues, no Edifício Parque Cidade Corporate - Torre A – 8ª Andar - SCS Q. 6 - Asa Sul, Brasília - DF, 70308- 200, sede da SNDCA, 30 cópias do inventário, no formato de revista (formato final fechado A4: 210mm x



297mm), com 20 páginas (miolo), em impressão colorida (capa 4 cores) frente e verso, em papel couchê fosco, acabamento dobrado, grampeado.

Produto 6 - Inventário do Estado 3

O produto consiste na produção de relatório com o inventário da configuração do SGD no Estado 3, para conhecimento de suas especificidades, das condições dos serviços ofertados à sociedade, para que a capacitação a ser realizada leve em consideração as diferentes realidades locais, em seus aspectos positivos e negativos.

O inventário consistirá do registro das principais violações de direitos de crianças e adolescentes que ocorrem no Estado 3 (indicadores e estatísticas); os fluxos de atendimento adotados (se existentes); os encaminhamentos das demandas; os tratamentos (judiciais / extrajudiciais); a responsabilização de violadores; os principais entraves e desafios na região para o atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência; boas práticas empregadas no contexto local, dentre outras informações que possam ser levantadas na região.

Este documento deverá ser elaborado durante a fase de articulação político-institucional da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente para a implantação do projeto, no Estado 3, na qual ocorrerão as reuniões com gestores estaduais, suas equipes de gestão e representantes do SGD – Sistema de Garantia de Direitos.

Além do documento digital e arquivo em PDF, devem ser entregues, no Edifício Parque Cidade Corporate - Torre A – 8ª Andar - SCS Q. 6 - Asa Sul, Brasília - DF, 70308- 200, sede da SNDCA, 30 cópias do inventário, no formato de revista (formato final fechado A4: 210mm x 297mm), com 20 páginas (miolo), em impressão colorida (capa 4 cores) frente e verso, em papel couchê fosco, acabamento dobrado, grampeado.

Produto 7 - Relatório de Recomendações e Orientações - Estado 1

O relatório deverá conter as principais conclusões e recomendações, com base nos eixos de Proteção Intersetorial e Interdisciplinar das crianças e dos adolescentes vítimas de violência, Violência Sexual e Programas de Atendimento e Proteção, para o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos local. Deverão ser apresentadas, ainda, as atividades da capacitação realizada, com as principais ideias abordadas, os fluxos de atendimento construídos e/ou aprimorados. Anexar: a) registros fotográficos; b) listas de presença (nome completo, CPF, telefone, e-mail, instituição, assinatura); e c) os resultados da avaliação do seminário.

Além do documento digital e arquivo em PDF, devem ser entregues, no Edifício Parque Cidade Corporate - Torre A – 8ª Andar - SCS Q. 6 - Asa Sul, Brasília - DF, 70308- 200, sede da SNDCA, 30 cópias do inventário, no formato de revista (formato final fechado A4: 210mm x 297mm), com 20 páginas (miolo), em impressão colorida (capa 4 cores) frente e verso, em papel couchê fosco, acabamento dobrado, grampeado.

Produto 8 - Relatório de Recomendações e Orientações - Estado 2

O relatório deverá conter as principais conclusões e recomendações, com base nos eixos de Proteção Intersetorial e Interdisciplinar das crianças e dos adolescentes vítimas de violência, Violência Sexual e Programas de Atendimento e Proteção, para o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos local. Deverão ser apresentadas, ainda, as atividades da capacitação realizada, com as principais ideias abordadas, os fluxos de atendimento construídos e/ou aprimorados. Anexar: a) registros fotográficos; b) listas de presença (nome completo, CPF, telefone, e-mail, instituição, assinatura) e c) os resultados da avaliação do seminário, entre outros.

Além do documento digital e arquivo em PDF, devem ser entregues, no Edifício Parque Cidade Corporate - Torre A – 8ª Andar - SCS Q. 6 - Asa Sul, Brasília - DF, 70308- 200, sede da SNDCA, 30 cópias do inventário, no formato de revista (formato final fechado A4: 210mm x 297mm), com 20 páginas (miolo), em impressão colorida (capa 4 cores) frente e verso, em papel couchê fosco, acabamento dobrado, grampeado.

Produto 9 - Relatório de Recomendações e Orientações - Estado 3

O relatório deverá conter as principais conclusões e recomendações, com base nos eixos de Proteção Intersetorial e Interdisciplinar das crianças e dos adolescentes vítimas de violência, Violência Sexual e Programas de Atendimento e Proteção, para o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos local. Deverão ser apresentadas, ainda, as atividades da capacitação realizada, com as principais ideias abordadas, os fluxos de atendimento construídos e/ou aprimorados. Anexar: a) registros fotográficos; b) listas de presença (nome completo, CPF, telefone, e-mail, instituição, assinatura) e c) os resultados da avaliação do seminário, entre outros.

Além do documento digital e arquivo em PDF, devem ser entregues, no Edifício Parque Cidade Corporate - Torre A – 8ª Andar - SCS Q. 6 - Asa Sul, Brasília - DF, 70308- 200, sede da SNDCA, 30 cópias do inventário, no formato de revista (formato final fechado A4: 210mm x 297mm), com 20 páginas (miolo), em impressão colorida (capa 4 cores) frente e verso, em papel couchê fosco, acabamento dobrado, grampeado.

8. CRONOGRAMA DE ENTREGA E PAGAMENTO DOS PRODUTOS

Produto	Data Entrega	%
Produto 1: Documento Técnico “Eixo da Proteção Intersetorial e Interdisciplinar das crianças e dos adolescentes vítimas de violência”	30 dias após a contratação	10%
Produto 2: Documento Técnico “Eixo Violência Sexual”	30 dias após a contratação	10%

Produto 3: Documento Técnico “Eixo Programas de Atendimento e Proteção”	30 dias após a contratação	10%
Produto 4: Inventário do Estado 1	Até 180 dias após entrega dos produtos 1, 2 e 3	10%
Produto 5: Inventário do Estado 2	Até 210 dias após entrega dos produtos 1, 2 e 3	10%
Produto 6: Inventário do Estado 3	Até 240 dias após entrega dos produtos 1, 2 e 3	10%
Produto 7: Relatório de Recomendações e Orientações - Estado 1	Até 90 dias após a entrega do produto 4	10%
Produto 8: Relatório de Recomendações e Orientações - Estado 2	Até 90 dias após a entrega do produto 5	10%
Produto 9: Relatório de Recomendações e Orientações - Estado 3	Até 90 dias após a entrega do produto 6	20%

Os documentos impressos deverão ser entregues na sede da SNDCA, no endereço: Edifício Parque Cidade Corporate - Torre A – 8ª Andar - SCS Q. 6 - Asa Sul, Brasília - DF, 70308-200, sede da SNDCA

9. VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO

Estimativa de R\$ 530.000,00 (quinhentos e trinta mil reais)

10. DURAÇÃO DO CONTRATO

A duração do contrato é de 12 (doze) meses, após assinatura do contrato.

11. FORMA DE PAGAMENTO

Os produtos serão recebidos e homologados pelo Supervisor Técnico que poderá aprová-los, mediante análise, considerando a plena concordância dos produtos com os preceitos metodológicos vigentes e os critérios de qualidade.

- Os Arquivos corrompidos ou com defeitos que impeçam a sua visualização não serão considerados até que sejam repostos pela contratada. A aprovação do produto ficará condicionada a essa reposição.

- Qualquer serviço realizado, mas não aceito ou não homologado deverá ser refeito, não eximindo a contratada das penalidades de outras sanções prevista em contrato.

- Os serviços serão remunerados em moeda nacional corrente, mediante a apresentação dos produtos intermediários e final previstos contratualmente, e uma vez aprovados pelo supervisor.
- Os pagamentos serão realizados somente após o processo de aceite e atesto.
- O produto também será avaliado em sua conformidade pela Coordenação Técnica de Parcerias - COTEP.
- O **Diretor do Projeto** reserva-se o direito de não autorizar o pagamento se, no ato do atesto pelo Supervisor técnico, os serviços prestados estiverem em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas pela contratada.

12. OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- Os produtos deverão ser encaminhados ao Supervisor Técnico para sua avaliação na data prevista no contrato.
- Os produtos a serem entregues durante a consultoria deverão seguir o Manual de Redação Oficial da Presidência da República, cabendo à consultoria a revisão e a adequação, conforme prevê a ABNT.
- Os arquivos que compõem o produto deverão estar adequadamente organizados, com nomes padronizados que induzam o seu conteúdo.
- Cada produto deverá compor-se de formatos editáveis, preferencialmente, em MSOffice (Word, Excel, etc), além de PDF.
- A empresa deverá solicitar comprovante de recebimento do produto pela área técnica.

13 - CRITÉRIOS E ETAPAS DE SELEÇÃO

13.1 - Tipo de Avaliação

As propostas serão avaliadas pelo Comitê de Avaliação, segundo critérios de **Técnica (50%) e Preço (50%)**.

13.2 - Metodologia de Avaliação

Aferição dos itens pontuáveis das propostas técnicas com o fim de se estabelecer a pontuação técnica final de cada concorrente habilitada.

- Análise das propostas de preço de cada concorrente, a fim de se verificar sua correspondência em relação às informações prestadas na proposta técnica e estabelecer a pontuação da proposta de preço.
- Análise combinada de técnica e preço com o objetivo de se estabelecer a grade final de classificação e de se conhecer a concorrente vencedora.

14 - REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO E PONTUAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

As propostas técnicas das concorrentes serão submetidas à aferição dos itens pontuáveis relativos à Capacidade Técnica de cada concorrente.

Essa aferição tomará por base:

A qualificação e experiência do licitante, qualificação e experiência da equipe-chave e adequação da proposta técnica (plano de trabalho e metodologia) com pontuação máxima de 100 pontos, conforme abaixo:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA
1. Qualificação e Experiência do Licitante	40
2. Qualificação e Experiência da Equipe-Chave	60
Nota Técnica (NT)	100

Será considerada classificada para a avaliação da proposta financeira toda Licitante que obtiver a Nota Técnica (NT) mínima de 70 (setenta) pontos do total da pontuação máxima de 100 (cem) pontos.

A proposta não classificada na qualificação técnica não terá a proposta financeira avaliada.

15 - CONTEÚDO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

A proposta técnica deverá ser apresentada com redação no idioma português, em papel timbrado, sem emendas, rasuras ou sobrescritos. As páginas deverão ser numeradas sequencialmente, datadas e assinadas nas respectivas páginas finais pelo representante legal da licitante, rubricadas as demais, obedecendo ao roteiro de elaboração da proposta técnica, sem omissão de nenhum dos capítulos relacionados.

16 - AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

A avaliação das propostas técnicas será efetuada pela análise dos documentos entregues pelas concorrentes, feitas pelo Comitê de Avaliação devidamente constituído para este fim.

A avaliação das Propostas Técnicas será realizada de forma comparativa entre as propostas apresentadas, observando os critérios e a pontuação máxima conforme definido abaixo.

Essa aferição de Nota Técnica tomará por base a seguinte Matriz de pontuação para avaliação das propostas técnicas:

16.1 – Avaliação Técnica Empresa

A experiência da empresa licitante deve ser comprovada por meio de contrato de prestação de serviços, atestados de capacidade técnica, ou outro documento que faça prova inequívoca , sendo pontuado conforme abaixo:			
1.1	Comprovação de experiência da empresa licitante na elaboração de conteúdos e produção de materiais didático-pedagógicos para treinamentos presenciais;	4 projetos realizados ou mais: 20 pontos; 3 projetos realizados: 15 pontos ; 2 projetos realizados: 10 pontos ; 1 projeto realizado: 5 pontos	20
1.2	Realização de pesquisas ou diagnós-	4 projetos realizados ou mais: 10 pon-	10

	ticos sociais	tos; 3 projetos realizados: 7 pontos ; 2 projetos realizados: 5 pontos ; 1 projeto realizado: 2 pontos	
1.3	Realização de treinamento presencial	4 projetos realizados ou mais: 10 pontos; 3 projetos realizados: 7 pontos ; 2 projetos realizados: 5 pontos ; 1 projeto realizado: 2 pontos	10
Total da Qualificação da Instituição			40

16.2 – Avaliação Técnica Equipe

Para esse critério, obter-se-á pontuação mediante a formação acadêmica e experiência de cada componente da Equipe Técnica. A comprovação acadêmica dar-se-á por meio de cópia de diploma ou certificado de conclusão do respectivo curso, apenas esses, e a da experiência dar-se-á por meio de atestados, contrato de prestação de serviços, declarações ou outro meio que faça **prova inequívoca** de sua realização.

COORDENADOR DO PROJETO

Qualificação do Coordenador do Projeto – Graduação em Ciências Sociais Aplicadas ou humanas e pós graduação em educação ou áreas correlatas:

i. Doutorado em Educação ou áreas correlatas.	05 pontos
ii. Mestrado em Educação ou áreas correlatas	03 pontos
iii. Especialização (360 horas) em Educação ou áreas correlatas	02 pontos

Experiência do Coordenador do Projeto: Experiência de trabalho na área pedagógica, com programas de capacitação ou tutoria presencial ou à distância

Experiência de no mínimo 4 (quatro) anos ou mais.	10 pontos
Experiência de no mínimo 3 (três) anos.	07 pontos
Experiência de no mínimo 2 (dois) anos.	03 pontos

Total pontos Coordenador do Projeto..... 15 Pontos

PESQUISADORES

PESQUISADOR EIXO 1

Qualificação - Graduação em ciências humanas ou sociais, com pós graduação nas áreas:

Doutorado nas áreas de psicologia ou psicopedagogia ou área correlata.	5 pontos
Mestrado nas áreas de psicologia ou psicopedagogia ou área correlata.	3 pontos
Especialização (360 horas) nas áreas de psicologia ou psicopedagogia ou área correlata.	2 pontos

Experiência – Experiência de trabalho na área da criança e do adolescente:

Experiência de no mínimo 4 (quatro) anos ou mais.	10 pontos
Experiência de no mínimo 3 (três) anos.	07 pontos
Experiência de no mínimo 2 (dois) anos.	03 pontos

Total pontos Pesquisador Eixo 1.....	15 pontos
PESQUISADOR EIXO 2	
Qualificação: Graduação em Direito	
Doutorado na área de ciências criminais ou área correlata.	5 pontos
Mestrado na área de ciências criminais ou área correlata.	3 pontos
Especialização (360 horas) na área de ciências criminais ou área correlata.	2 pontos
Experiência – Experiência de trabalho na área da criança e do adolescente:	
Experiência de no mínimo 4 (quatro) anos ou mais.	10 pontos
Experiência de no mínimo 3 (três) anos.	07 pontos
Experiência de no mínimo 2 (dois) anos.	03 pontos
Total pontos Pesquisador Eixo 2.....	15 pontos
PESQUISADOR EIXO 3	
Qualificação : Graduação em ciências humanas ou sociais, ou direito ou serviços social e pós-graduação em direito da criança e adolescente ou áreas correlatas.	
Doutorado na área de direito da criança e adolescente ou área correlata.	05 pontos
Mestrado na área de direito da criança e adolescente ou área correlata.	03 pontos
Especialização (360 horas) na área de direito da criança e adolescente ou área correlata.	02 pontos
Experiência – Experiência em programas de atendimento voltados à criança e adolescente ou em gestão de políticas públicas voltadas para a criança ou adolescente.	
Experiência de no mínimo 4 (quatro) anos ou mais.	10 pontos
Experiência de no mínimo 3 (três) anos.	07 pontos
Experiência de no mínimo 2 (dois) anos.	03 pontos
Total Pesquisador Eixo 3.....	15 pontos

16.3 - Critérios de Desempate

Em caso de empate terá preferência a proposta que obtiver maior pontuação no Índice Técnico. Caso persista o empate terá preferência à proposta que obtiver maior pontuação no Índice Preço. Se mesmo assim persistir o empate haverá sorteio, em sessão pública, para definição do licitante vencedor.

Nota: A equipe responsável pelo procedimento reserva-se o direito de realizar diligências com as licitantes para clarificar eventuais informações entendidas necessárias, apresentadas na proposta, e/ou incompatíveis com as descrições realizadas.



17 - DISPOSIÇÕES FINAIS

Os direitos autorais ou quaisquer outros direitos, de qualquer natureza, sobre os materiais (especificações, desenhos, mapas, projetos, originais, arquivos, programas, relatórios e demais documentos) produzidos no âmbito do contrato devem reverter exclusivamente do MMFDH, sendo entregues antes da data fixada para o fim do contrato.

A contratada poderá reter cópia dos produtos indicados, mas sua utilização para fins diferentes do objeto deste instrumento e sua reprodução total ou parcial dependerá de autorização prévia e expressa do MMFDH, mesmo depois de encerrado o contrato.



ANEXO “B”

**TOMADA DE PREÇOS N.º 002 / 2020 – OEI/MMFDH
TÉCNICA E PREÇO**

M O D E L O

DECLARAÇÃO

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ n.º
_____, sediada _____ (endereço Completo)
_____, declara, sob penas da lei, que
até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente procedimento
licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Cidade – (UF), de _____ de 20...

Nome e assinatura do declarante


29



ANEXO “C”

TOMADA DE PREÇOS Nº. 002 / 2020 – OEI/MMFDH TÉCNICA E PREÇO

MODELO

DECLARAÇÃO

(Nome da empresa)....., CNPJ nº....., sediada (endereço completo) declara, sob as penas da Lei, que não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos. (conforme Lei nº 9.854/99)

Cidade – (UF), de de 20...

(nome e número da identidade do declarante)



ANEXO “D”

TOMADA DE PREÇOS Nº. 002 / 2020 – OEI/MMFDH TÉCNICA E PREÇO

M O D E L O

Declaração de Inexistência de Trabalho Escravo e Infantil

A proponente _____, com sede em _____(endereço completo), _____, inscrita sob o CNPJ Nº _____, neste ato representada por seus representantes legais _____ e _____ (nome, CPF, residência) DECLARA para a Organização de Estados Ibero-americanos – OEI que inexistente contra si decisão administrativa final sancionadora, exarada por autoridade ou órgão competente, em razão da prática de atos que importem em discriminação de raça ou gênero, trabalho infantil ou escravo, e/ou sentença condenatória transitada em julgado, proferida em decorrência dos referidos atos, ou ainda, de outros que caracterizem assédio moral ou sexual, ou que importem em crime contra o meio-ambiente.

Cidade, ____ de _____ de _____

Assinatura(s) do(s) Representante(s)



ANEXO “E”

**TOMADA DE PREÇOS Nº. 002 / 2020 – OEI/MMFDH
TÉCNICA E PREÇO**

M I N U T A D E C O N T R A T O

MINUTA

CONTRATO N°...../2020 – OEI/MMFDH QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO. A CIÊNCIA E A CULTURA - OEI, E, DE OUTRO, A EMPRESA.....PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

A Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação a Ciência e a Cultura - OEI, Organismo Internacional, com sede no SHS Quadra 06, conj. A, bloco C, Ed. Brasil 21, sala 919, CEP 70316-109, Brasília/DF., inscrita no CNPJ sob o n.º. 06.262.080/0001-30, doravante denominada de CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa, sediada na, na cidade d.....,este ato representada pelo....., inscrito no CPF sob o n.º., doravante denominada CONTRATADA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º, tendo em vista o que consta no Processo da Tomada de Preços n.º. 002/2020 – OEI/MMFDH – Técnica e Preço resolvem celebrar o presente Contrato, em conformidade com a Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, em sua atual redação e demais normas complementares, por preço global, mediante as condições expressas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

Prestação de serviços especializados de consultoria para realizar inventário da situação do SGD – Sistema de Garantia de Direitos em 3 unidades da federação; produzir conteúdo para curso de capacitação presencial dos atores do SGD e relatórios de avaliação da capacitação, com recomendações para cada estado, conforme Especificações constantes do Projeto Básico, Anexo”A”, da Tomada de Preço n.º 002/2020 – OEI/MMFDH, e proposta da CONTRATADA, datada de...../...../....., que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA LICITAÇÃO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

A OEI contratou os serviços aqui ajustados com fundamento na alínea “a”, do inciso II, do art. 23, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

Pela prestação dos serviços aqui contratados, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global de R\$......(.....).

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços ora contratados, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à empresa as ocorrências de qualquer fato que, a seu critério, exijam medidas por parte daquela.
- c) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com a forma e prazos estabelecidos neste Contrato, mediante aceite dos serviços.
- d) Prestar as informações e os esclarecimentos que vierem a ser solicitados pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Não transferir a outrem, no todo ou em parte a prestação dos serviços, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.
2. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.
3. Responsabilizando-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultante desta execução. A inadimplência do CONTRATADO, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato ou restringir o seu uso.
4. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE.
5. Fiscalizar e responsabilizar-se pelo perfeito cumprimento do objeto do Contrato, cabendo-lhe, integralmente, o ônus decorrente de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, independentemente do controle e fiscalização exercidos pelo CONTRATANTE.
6. Manter em validade, durante o prazo de vigência deste Contrato, todas as condições de habilitação exigidas no Edital da Tomada de Preços n.º 002/2020 – OEI/MMFDH– Técnica e Preço, inclusive quanto à formação da Equipe Técnica indicada na licitação.
7. Executar o Contrato com a Equipe Técnica apresentada na Proposta, conforme a seguir:.....

CLAUSULA SEXTA – DO SIGILO

A Contratada se compromete em manter sigilo sobre as informações geradas durante a execução do objeto do presente Contrato, não podendo revelar nem transmitir direta ou indiretamente as informações a terceiros que não estejam envolvidos no desenvolvimento do objeto.



Subcláusula Primeira – Além da Equipe Técnica encarregada da execução do objeto, a obrigação de sigilo estende-se a seus administradores, empregados, prepostos, a qualquer título, e comitentes.

Subcláusula Segunda - O descumprimento da obrigação de sigilo e confidencialidade importará extinção automática do presente instrumento, se ainda vigente, e, em qualquer hipótese, na responsabilidade por perdas e danos.

Subcláusula Terceira - Só serão legítimos como motivos de exceção à obrigatoriedade de sigilo, a ocorrência de descumprimento nas seguintes hipóteses de informações já conhecida e/ou de domínio público; mediante autorização expressa da Contratante.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PROPRIEDADE MATERIAL E INTELECTUAL

Os bens remanescentes na data da conclusão ou extinção deste Contrato, e que, em razão deste, tenham sido adquiridos, produzidos, transformados ou construídos, constituirão propriedade do MMFDH, que poderá utilizá-los conforme julgar conveniente, mesmo após o término do prazo de vigência do presente instrumento, respeitado o disposto na legislação pertinente.

Os direitos autorais sobre os produtos, patrimoniais e morais, com todas as suas características, diretas e indiretas, conseqüências e direitos conexos que possam advir da reprodução, divulgação e outras formas de veiculação pública ou privada, pertencerão, exclusivamente a Contratante, estando o Contratado proibido de divulgar quaisquer dos produtos elaborados em a expressa anuência da Contratante.

CLÁUSULA OITAVA – PROTEÇÃO DE DADOS

Este contrato estará sujeito às regulamentações contidas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, bem como:

Subcláusula Primeira - De acordo com a legislação europeia de proteção de dados em vigor no Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, os dados pessoais fornecidos pelo CONTRATADO poderá ser processados pela Secretaria Geral da OEI, domiciliada em Madri (Espanha), com sede na C/Bravo Murillo, 38 (CP 28015), a fim de justificar as despesas e cumprimento das disposições das normas indicadas. Esse processo será realizado por meio dos dados do contrato que são enviados para a plataforma de gerenciamento de projetos da OEI e para o Sistema de Planejamento de Recursos Empresariais (ERP) da OEI, cujos servidores estão alojados em território da União Europeia, e aos quais somente pessoas autorizadas pela Secretaria Geral terão acesso.

Subcláusula Segunda - Esse procedimento será realizado exclusivamente para a execução do contrato e os dados serão mantidos pelo tempo legalmente previsto para fins de arquivamento e auditoria. Os mesmos não serão compartilhados com terceiros, exceto por obrigação legal. O CONTRATADO tem o direito de retirar o consentimento para processar os dados a qualquer momento e que, se exercer esse direito, o contrato terá que ser rescindido nos mesmos termos estabelecidos por ele, uma vez que o processamento dos dados é essencial para a execução do contrato.

Subcláusula Terceira – O Contratado pode exercer os direitos de acesso, retificação, exclusão e portabilidade de seus dados e os de limitação ou oposição ao tratamento através do endereço de e-mail: protecciondatos@oei.es, comprovando devidamente sua identidade. Em qualquer situação, o CONTRATADO tem o direito de apresentar uma queixa à Agência Espanhola de Proteção de Dados (AEPD).

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual ou inferior período de acordo com as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este instrumento de Contrato guarda conformidade com os termos da Tomada de Preços n.º 002/2020 – OEI/MMFDH – Técnica e Preço, do qual é parte integrante, como se aqui estivessem transcritos em sua integridade, vinculando-se, ainda, à proposta da CONTRATADA, datada de

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTE

Os valores constantes deste Termo são fixos e irremovíveis, salvo os casos de acréscimos e supressões legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado conforme o item **8 – CRONOGRAMA DE ENTREGA E PAGAMENTO DOS PRODUTOS** - do Projeto Básico, Anexo “A” do Edital da Tomada de Preços n.º 002/2020 – OEI/MMFDH – Técnica e Preço, em até 30 (trinta) dias, após a apresentação de Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo MMFDH, mediante crédito em conta corrente, no Banco e na Agência indicados pela licitante.

Subcláusula Primeira - Havendo atraso superior a 10 (dez) dias da data prevista para pagamento, desde que a OEI ou o MMFDH a ele tenha dado causa, incidirá sobre o valor devido, atualização financeira desde a data final do período previsto para adimplemento até a data do efetivo pagamento, tomando por base o IGP/DI do mês anterior “*pro rata tempore*”, sobre o valor da fatura por dia de atraso.

Subcláusula Segunda - Poderá ser deduzida do valor da Nota Fiscal/Fatura, multa imposta pelo CONTRATANTE, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução deste Contrato, no exercício de 2020, correrão à conta do Projeto de Cooperação Técnica OEI/BRA 16/002 - "Ampliação e Fortalecimento dos Processos e Estratégias de Participação Social em Espaços de Discussão e Proposições Relacionados aos Direitos da Criança e do Adolescente", estando devidamente assegurados/bloqueados, conforme abaixo:

Resultado 2.4 – “Capacidade Profissional da Rede de Promoção e Proteção dos Direitos de Crianças e adolescentes desenvolvida e ampliada”

Atividade 2.4.2. Promover oficinas, cursos de formação e encontros para a formação de profissionais atuantes em programas/projetos de promoção da participação social e do protagonismo de crianças e adolescentes dessa Rede.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Ocorrendo inadimplemento contratual, de acordo com o estabelecido nos art. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93, o CONTRATANTE poderá, **garantida a prévia defesa**, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

- a) Advertência formal, na ocorrência de descumprimento de qualquer das cláusulas contratuais.
- b) Multa de até 10% (dez por cento) do valor total do Contrato, atualizado até o mês imediatamente anterior à ocorrência do fato, sempre que por circunstância que seja imputável à CONTRATADA, der causa à inexecução total do contrato.
- c) Ocorrendo atraso injustificado, multa equivalente a 0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor total do Produto em atraso, a partir do dia imediato ao do vencimento do prazo estipulado para a entrega, até a data da sua efetiva aceitação.
- d) Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a OEI, por prazo não superior a 02 (dois) anos, e, ocorrendo o disposto nos art. 88 e 89 da Lei n.º 8.666/93, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a OEI.

Subcláusula Primeira - Para aplicação das penalidades aqui previstas, a CONTRATADA será notificada à apresentar defesa prévia no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da intimação de vista, salvo na hipótese de declaração de inidoneidade em que o prazo para a apresentação de defesa será de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da intimação de vista.

Subcláusula Segunda - O prazo para apresentação de recursos das penalidades aplicadas é de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da intimação, exceto para a penalidade de declaração de inidoneidade quando então o prazo será de 10 (dez) dias úteis, contados, igualmente, do recebimento da intimação.

Subcláusula Terceira - As multas poderão ser descontadas dos pagamentos ou recolhidos à conta corrente da OEI, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data de publicação do ato de punição, ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

Subcláusula Quarta – As penalidades previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.



Testemunhas :

Nome
RG
CPF

Nome
RG
CPF